

CATUMBI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 02.904.978/0001-03

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos a vossa apreciação nosso Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados do exercício, Demonstração de Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Para quaisquer esclarecimentos adicionais necessários, colocamo-nos a inteira disposição de V.Sas.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Em Reais - R\$)			
	Nota	2021	2020
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa		64	264
Bancos Conta Movimento		42.638	20.307
Juros sobre Capital Próprio	9	6.554.001	2.640.477
Total Ativo Circulante		6.596.703	2.661.048
Ativo Não Circulante			
CSLL a Compensar		884	884
IRRF a Compensar		12.565	11.984
IRRF dos Juros s/Capital Próprio	4	1.423.407	1.155.650
Empréstimo a Controlada	5	500.000	-
PIS-COFINS-CSL a Compensar		1.480	-
Total Ativo Não Circulante		1.938.336	1.168.518
Investimento			
Investimento em Controlada	6	272.270.555	229.958.300
Total Investimento		272.270.555	229.958.300
Total do Ativo		280.805.594	233.787.866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais - R\$)						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados
Saldo em 31.12.2019	66.993.300	156.246	3.384.928	9.727.800	135.096.335	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	13.558.976
Aumento de Capital	7.600.370	-	-	-	-	989.456
Destinação para Reserva de Lucros	-	-	-	1.591.515	-	(1.591.513)
Constituição de Reserva Legal	-	-	677.949	-	-	(677.949)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(772.862)
Dividendos Pagos	-	-	-	-	-	(4.896)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	287.382
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	4.618.225	(4.188.224)
Saldo em 31.12.2020	74.593.670	156.246	4.062.877	11.319.315	139.714.560	229.846.666
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	41.793.197
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Destinação para Reserva de Lucros	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	2.089.660	-	-	(2.089.660)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(2.382.212)
Dividendos Pagos	-	-	-	(2.227.138)	-	(2.227.138)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	425.883
Transferência Reserva de Lucro	-	-	-	37.747.208	-	(37.747.208)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	3.966.607	-
Saldo em 31.12.2021	74.593.670	156.246	6.152.537	46.839.385	143.681.166	271.423.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Expressa em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional e Objetivo: A Companhia tem por objetivo a administração de bens próprios e de terceiros, a intermediação de negócios em geral e de participação no capital de outras sociedades. Constituída em 30 de novembro de 1998, através da integralização de capital mediante conferência das quotas sociais da FAME Aparelhos e Material Elétricos Ltda, que eram titulares os atuais sócios da Catumbi. **Efeitos Covid-19:** Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou que o COVID 19 trata-se de uma pandemia. Os governos Federal, Estadual e Municipal adotaram diversas medidas para restringir a movimentação de pessoas e consequentemente evitar aglomerações. Diante deste cenário a Companhia adotou algumas políticas visando o bem estar de seus colaboradores, como exemplo citamos, medir a temperatura de todos os colaboradores diariamente, aumentar a distância física entre os colaboradores, disponibilizar álcool em gel em vários locais e escalonar o horário de entrada dos colaboradores. Por tratar-se de uma holding, os resultados da Companhia dependem basicamente das operações de sua controlada, a qual fornece produtos para o mercado da construção civil, que foi pouco afetado durante o exercício. No exercício de 2021 e de 2020 a controlada apresentou aumento no faturamento e no lucro apurado. Tendo em vista a incerteza e a volatilidade da pandemia no cenário mundial e local, a Companhia vem monitorando o comportamento do mercado, mas está atualmente impossibilitada de estimar os impactos do COVID-19 em suas atividades.

2. Resumo das Principais Políticas Contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A elaboração das demonstrações financeiras requer uso de certas estimativas contábeis no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor justo de itens relacionados a combinações de negócios, valor recuperável de impostos a recuperar, vida útil do ativo imobilizado, provisões para passivos tributários, civis e trabalhistas, benefícios de aposentadoria, mensuração a valor justo de instrumento financeiro e valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. A Empresa e suas controladas revisam as estimativas e as premissas contábeis utilizadas no mínimo trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a revisão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Empresa e suas controladas. A administração declara que revisou, discutiu e concorda com estas demonstrações financeiras, autorizando sua conclusão em 31 de março de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. **3. Principais Práticas Contábeis Adotadas: 3.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **3.2 Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas reais, exceto quando disposto o contrário. **3.3 Instrumentos financeiros:** Conforme o IFRS 9 / CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a) custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segue o IFRS 9 / CPC 48 e substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir: Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros da empresa são substancialmente representados por aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do Caixa e equivalentes de caixa e juros sobre capital próprio (nota 9), ambos classificados como

Manoel Rodrigues Rentroia - Diretor Presidente

Antonio Gildo Petrongari - Diretor Vice-Presidente

José Armando R.Coelho Silva - Diretor

Marcos Pessetto - Técnico - CRC - 1SP 224371/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

As Administradoras e Acionistas da Catumbi Empreendimentos e Participações S.A., Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Catumbi Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Catumbi Empreendimentos e Participações S.A., em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho de suas operações e fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações financeiras a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

Demonstrações de Resultados em 31 de dezembro (Em Reais - R\$)			
	Nota	2021	2020
Receitas			
Equivalência Patrimonial	6	42.312.256	13.899.162
Total de Receitas		42.312.256	13.899.162
Despesas Operacionais			
Desp. Administrativas e tributárias	11	(491.803)	(338.187)
Despesas Financeiras		(27.882)	(999)
Total despesas Operacionais		(518.685)	(340.186)
Outras Receitas Operacionais			
Receitas Juros sobre Capital Próprio	9	4.604.145	3.106.479
Rendimento Aplicação Financeira		625	-
Despesas Juros sobre Capital Próprio	9	(4.178.261)	(2.819.097)
Total de Outras Receitas e Despesas Operacionais		426.509	287.382
Lucro Líquido do Exercício Antes da Reversão dos Juros s/Capital Próprio		42.219.080	13.846.358
Reversão dos Juros s/Capital Próprio		(425.883)	(287.382)
Lucro Líquido do Exercício		41.793.197	13.558.976
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro (Em Reais - R\$)		
	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício	41.793.197	13.558.976
Ajuste de Avaliação Patrimonial	3.966.607	4.618.225
Resultado Abrangente do Exercício	45.759.804	18.177.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

dos Juros sobre Capital Próprio: O cálculo dos juros sobre capital próprio é baseado nos valores do patrimônio líquido e na taxa de juros aplicada, que não pode exceder a taxa de juros de longo prazo ("TJLP") determinada pelo Banco Central do Brasil. Além disso, tais juros não poderão exceder 50% do lucro líquido do exercício ou 50% dos lucros acumulados mais as reservas de lucros, conforme determinado pela lei societária brasileira. **Benefício para companhia:** Em contraposição ao pagamento de dividendos, é uma redução nos encargos com o imposto de renda, pois estas despesas de juros são dedutíveis no Brasil. O imposto de renda de 15% é retido na fonte em nome dos acionistas em relação à distribuição dos juros. Conforme a legislação brasileira, os juros sobre o capital próprio são considerados como parte do dividendo mínimo anual. Esta distribuição de juros nominais é tratada para fins contábeis como dedução do patrimônio líquido de maneira similar a um dividendo e o crédito fiscal registrado no resultado. **Reconhecimento:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida com um passivo em suas demonstrações financeiras no final do exercício social, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório só é provisionado, caso aplicável, na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. **(k) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. **(l) Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações:** **Novas normas e interpretações ainda não vigentes:** Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2022 e 1º de janeiro de 2023, sendo:

Descrição	Período de adoção	
Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual;	1º de janeiro de 2022	
Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido;	1º de janeiro de 2022	
Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos	1º de janeiro de 2022	
Custo de Cumprimento do Contrato;	1º de janeiro de 2022	
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020	1º de janeiro de 2022	
Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1)), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, e	1º de janeiro de 2022	
IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.	1º de janeiro de 2022	
IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2022	
IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros;	1º de janeiro de 2023	
Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes;	1 de janeiro de 2023.	
Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis;	1 de janeiro de 2023.	
Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis.	1 de janeiro de 2023	
Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única	1 de janeiro de 2023	
Novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais não possuem data de vigência definida: • IFRS 10 (CPC 36(R3)) e IAS 28 (CPC 18(R2)) (alterações) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture; As Novas normas, alterações e interpretações às normas existentes que ainda não são efetivas, não foram adotadas antecipadamente pela Companhia, decorrente da Companhia não esperar impactos ou impactos significativos no período de adoção inicial desta forma, não estão sendo efetuadas divulgações antecipadas e adicionais.		
4. IRRF dos Juros s/Capital Próprio	2021	2020
IRRF dos Juros sobre Capital Próprio	1.423.407	1.155.650
	1.423.407	1.155.650

Trata-se do imposto de renda retido na fonte, descontado dos juros sobre capital próprio recebido de sua controlada, utilizando-se a alíquota de 15% conforme determina a legislação tributária vigente.

	2021	2020
5. Empréstimos a controlada	2021	2020
Empréstimos a controlada	500.000	-
	500.000	-

Referem-se à mútuos financeiros junto a partes relacionadas, devidamente formalizado por contrato, sem a incidência de juros e com prazo de recebimento até o final do exercício de 2022.

	2021	2020
6. Investimento em Controladas	2021	2020
Capital Social Atualizado	74.601.131	74.601.131
Patrimônio Líquido	272.297.785	229.981.297
Número de Quotas de Capital	74.601.131	74.601.131
Participação no capital	99,99%	99,99%
Lucro Líquido do Exercício	2.243.330	13.890.808
Resultado da Equivalência Patrimonial	42.312.256	13.899.162
Investimentos em 31 de dezembro	272.270.555	229.958.300

	2021	2020
7. Impostos a Recolher	2021	2020
COFINS a Recolher	349.916	236.091
PIS a Pagar	75.968	51.256
IRRF a Recolher sobre JSCP	626.739	422.865
	1.052.623	710.212

	2021	2020
8. Dividendos a Pagar	2021	2020
Dividendos a Pagar	2.382.212	772.862
	2.382.212	772.862

Nessa conta estão registrados os dividendos destinados aos acionistas, conforme sugerido pela administração a ser aprovado em assembleia.

	2021	2020
9. Juros sobre Capital Próprio	2021	2020
Juros sobre capital próprio - (ativo)	6.554.001	2.640.477
	6.554.001	2.640.477
Juros sobre capital próprio - (passivo)	5.947.755	2.396.232
	5.947.755	2.396.232

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é apropriado ao resultado do exercício, na mesma competência do reconhecimento das despesas com

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro (Em Reais - R\$)		
	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	41.793.197	13.558.976
(-) Resultado da Equivalência Patrimonial	(42.312.226)	(13.899.162)
Lucro Líquido Ajustado (Aumento) / redução nas contas de ativos	(519.029)	(340.186)
Impostos a Recuperar	(2.060)	(6)
Empréstimo a Controlada	(500.000)	-
	(502.060)	(6)
Aumento(redução) nos passivos operacionais:		
Contas a Pagar	(61.893)	61.893
Cofins a Pagar	113.794	236.126
PIS a pagar	24.712	51.256
	76.613	349.275

Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades Operacionais		
	2021	2020
Fluxos de Caixa de Ativ. Financeiros		
Recebimento de Dividendos	3.966.607	430.000
Pagamento de Dividendos	(3.000.000)	(430.000)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	966.607	-
Fluxo de Caixa Gerado no Exercício	22.131	9.083
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	20.571	11.488
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	42.702	20.571
Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	22.131	9.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apurou receita de juros sobre capital próprio de R\$ 4.604.145 - (R\$ 3.106.479 em 2020) e despesas de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 4.178.261 - (R\$ 2.819.097 em 2020), totalizando um resultado líquido de R\$ 426.509 - (R\$ 287.382 em 2020). 10. Patrimônio Líquido: Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social subscrito e integralizado está representado por 74.593.670 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. As ações farão jus a dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% do lucro líquido do exercício.		
11. Despesas Administrativas e Tributárias	2021	2020
Gastos Diversos	700	151
Serviços de Terceiros	59.734	50.695
Impostos e Taxas	5.485	996
PIS	75.969	51.256
COFINS	349.915	236.089
	491.803	339.187

12. Contingências: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Companhia não possuía nenhuma ação contra ela. **13. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos:** Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, demanda, concorrência e mudanças relevantes no mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômico e financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroecon